

RESENHA

GONÇALVES. Carlos Walter Porto. **Amazônia, Amazônia**. 1ª Ed. São Paulo: Contexto, 2001.

Daniel Araújo Soares¹

Diversidade na unidade: uma proposta de interpretação das Amazônia

A obra em questão aborda a diversidade sócio-biológica da formação espacial que se convencionou nomear Amazônia, região que, em geral, corresponde à Bacia Hidrográfica do Rio Amazonas acrescida da Bacia dos rios Tocantins e Araguaia, sem esquecer que há diversos limites oficiais e extraoficiais estabelecidos para definir a Amazônia (Amazônia Legal, Região Norte, Panamazônia etc.).

A nosso ver, com esta publicação, o autor objetiva mostrar que a visão que a Amazônia exige do estudioso, do administrador e do cidadão comum que deseje se inteirar de sua problemática é uma visão complexa que não tome a clássica dicotomia do pensamento ocidental entre sociedade e natureza. À vista disso, para contribuir ao entendimento do que é a Amazônia (ou das diversas realidades existentes na Amazônia, as “Amazônias”, para o autor) não se pode dissociar a questão ecológica da questão da cidadania e da justiça social. Entretanto, tendo sido o pensamento ocidental e, por conseguinte, a ciência geográfica soerguidos sob esta base dicotômica, coloca-se, então, um desafio para esta ciência e para o conhecimento como um todo no que tange à Amazônia.

Dessa maneira, a problemática maior da obra, em nosso entendimento, diz respeito à busca de um caminho intelectual, que é, por seu turno, um caminho ideológico, político e pragmático, que não dissocie sociedade e natureza. E tais

¹Graduado em Geografia pela Universidade Federal do Pará, com graduação sanduíche pela Michigan State University (MSU), Lansing-MI, EUA. Possui experiência profissional em instituições de trabalho com uso de ferramentas de Cartografia e Geoprocessamento aplicadas ao Ordenamento Territorial e à Regularização Fundiária. É mestrando no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense.

possíveis caminhos estariam na própria região que é objeto desta análise. A intencionalidade maior do estudo é reconhecer a existência de uma sabedoria, de um conhecimento na Amazônia, produzido por seus próprios atores sociais.

Este conhecimento, embora não seja sistematizado e taxonomizado como o pensamento científico ocidental-europeu, possui valor, na medida em que ele, e talvez somente ele, seja capaz de entender a complexidade desta totalidade a partir de dentro dela, visto que o conhecimento científico produzido nas academias da própria região termina por servir primeiro aos objetivos externos, uma vez que é construído por teorias, paradigmas, axiomas, leis, conceitos e categorias que não foram pensados e produzidos a partir da realidade local, nem para usufruto comum dos moradores das Amazônias.

Um conhecimento que não dissocia sociedade de natureza é o conhecimento produzido na Amazônia por seus próprios habitantes, que não são somente seus meros moradores, mas, antes, seus próprios produtores e reprodutores. Esse é o caminho do entendimento da autoria. Tal raciocínio complexo é construído ao longo de quatro capítulos que poderíamos dividir em duas partes no que tange ao seu pensamento. A primeira parte seria constituída apenas do primeiro capítulo, o qual constitui quase metade da obra. Nela o autor aborda, sob diversos ângulos, como a questão da Amazônia tem sido tratada tradicionalmente pelo conhecimento ocidental, em geral, de modo grosseiro, simplista, colonialista, preconceituoso e, principalmente, dicotômico. A segunda parte, constituída pelos demais três capítulos, seria a resposta a este tipo de análise, seriam os caminhos possíveis para outro entendimento do que é ou do que são as Amazônias.

No que concerne à descrição do primeiro capítulo, *Imagens Amazônicas*, o autor aborda as diversas imagens construídas a respeito da Amazônia. Alguns exemplos são o da natureza intocada, da natureza infinita, de pulmão do mundo, de vazio demográfico, da região de pobreza, de região dependente e, mais recentemente, da terra sem lei. O elo que une todas essas imagens é a produção exógena das mesmas. Todas foram e são produzidas por atores sociais que não construíram historicamente a Amazônia, por pessoas que não são da Amazônia, embora possam estar na Amazônia, vivendo de sua exploração enquanto produzem tais imagens.

Elas, diz-nos o autor em tom enfático e irado ainda que com palavras simples e diretas, revelam pouco ou nada a respeito da Amazônia. Revelam muito mais acerca de quem as produziu, os sujeitos que as pensaram. Num primeiro momento, o de construção do que é a Amazônia, estas imagens eram erigidas todas a partir da metrópole. Dessa maneira, uma região que abrigava e abriga uma incrível diversidade étnico-biológica foi homogeneizada a partir do olhar soberbo do europeu, achando-se qualificado a nomear grandes extensões e unidades de paisagem. A Amazônia foi delimitada, então, a partir de limites arbitrários, os mais diversos, e conotada a partir de modos de produzir, viver, sonhar, imaginar e confabular que lhes eram externos.

A colonização oficial se esvaiu, mas o pensamento colonial continuou a ser reproduzido na própria região por administradores e pelas elites locais, que acreditavam, ingenuamente, serem caudatárias da genealogia europeia. Imagens equivocadas, mas que serviram e ainda servem a propósitos obscuros e sombrios acerca da Amazônia. A mesma visão dicotômica imbecilizante que foi capaz de afirmar que o solo da impávida floresta era pobre, apesar de abrigar a mais rica das

florestas; que foi capaz de isolar o solo da própria floresta, como se o solo tivesse algum valor por estas bandas que não o da própria reprodução da vida antes da penetração dos infelizes vetores exploradores - é o mesmo olhar que é capaz de isolar de um lado a sociedade e de outro a floresta.

Ora, isso convém somente a quem enxerga o território como conjunto de recursos e trunfos a serem explorados como mercadoria e extração de mais-valia. Sim, a Amazônia, como eterna fonte de acumulação primitiva de mais-valia, interessa quando esquarterada, uma vez que sem os agentes que lhe dão vida a floresta não existe, restando apenas recursos para quem primeiro se apropriar.

Este pensamento, como mostra o autor no segundo capítulo, intitulado *A organização do espaço amazônico: contradições e conflitos*, nega a história e também a geografia da região. Os índios – também tratados como uma única etnia, tendo ignoradas as suas diversas particularidades – vivem nas Amazônias há mais de dois mil anos. Os caboclos ribeirinhos são descendentes destes e dos lusitanos e lá estão há cerca de trezentos anos. Os quilombolas, descendentes dos escravos africanos refugiados, vivem nas Amazônias faz pelo menos duzentos anos; e os seringueiros, descendentes de retirantes nordestinos, estão nas Amazônias há não menos que cem anos.

Todos estes povos construíram diversos modos de vida. Cada modo de vida implica um diferente uso do território. Tais usos, e não propriamente os objetos do território, são o que diferenciam o processo de construção da Floresta Cultural frente aos demais processos brasileiros e sul-americanos. O elemento em comum destes usos diz respeito à multiplicidade. Não se havia consolidado historicamente nas Amazônias o uso hegemônico de uma atividade setorial agrária em detrimento de outras. A agricultura, a criação de rebanhos, se deu em par com a silvicultura, a pesca, a caça e o extrativismo. Mesmo no auge do período da borracha, os seringueiros, isolados frente à impávida floresta, necessitaram de diferentes usos do território para sobreviver.

No entanto, todos esses agentes sociais foram, e ainda o são, hegemonzados. Os agentes hegemônicos configuram-se, após a colonização, nas elites locais. Historicamente, a grande ameaça à sobrevivência e à reprodução da vida nas Amazônias têm sido as atividades geradoras de altos lucros para o capital. Carlos Walter Gonçalves faz questão de trazer dados que corroboram com a tese de que antes e após o Ciclo da Borracha, por exemplo, o padrão de vida dos moradores locais, incluindo os seringueiros, era e foi melhor do que no período lucrativo.

Estando modo de produção e modo de vida historicamente em conflito na Amazônia.

Contudo, as elites locais nunca conseguiram construir uma hegemonia que fosse capaz de se opor à hegemonia das elites nacionais. Prova disso é que o Acre foi convertido em território nacional, administrado diretamente pela Federação e seus recursos foram utilizados na Reforma Urbana do Rio de Janeiro. Desta maneira,

enquanto a cidade de São Paulo era equipada e estruturada com objetos técnicos através dos lucros do café, o Rio de Janeiro o era com os lucros da borracha. Este sempre foi o papel dado à Amazônia: o de colônia.

A situação, porém, se degrada ainda mais com a intensificação da colonização oficial da Amazônia pelo Brasil. Vista como uma “terra sem homens” foi-lhe acrescentada uma gama de infelizes retirantes, “homens sem terra”, induzidos ou forçados a implantar por estas bandas um único uso do território. Pensando nas divisas internacionais, transformou-se a Amazônia num celeiro de commodities e, assim, começa a morrer o que poderíamos chamar de território rural-florestal frente ao rural-setorial, seja minerador, seja pecuarista ou agrícola. Inicia-se a dolorosa batalha entre o que autor chama de padrão de ocupação espacial rio-várzea-floresta e o padrão estrada-terra firme-subsolo.

A destruição da floresta é também a destruição da sociedade. No entanto, aproveitando as brechas do meio técnico-científico-informacional - a geografia das redes -, alguns dos povos da floresta aliam-se à causa ambientalista global, acrescentando-lhe a dimensão fundamental da justiça social. Após quatro décadas de colonização oficial e da hegemonia de uma única atividade setorial frente aos diversos usos de territórios locais, os povos da floresta começaram a resistir, a re-existir.

Os dois últimos capítulos nos deixam esta mensagem: é preciso ouvir os diversos povos da Amazônia. Seringueiros, quebradeiras de coco, indígenas, ribeirinhos, quilombolas e respeitar seus usos do território. Os grandes objetos técnicos advindos de fora deram aos estrangeiros da floresta, nomeados homogeneamente de paulistas, potência para captar todos os peixes, todas as terras, todos os rios, e obrigou os nativos a venderem a sua mão de obra.

A complexidade é maior porque hoje estão na Amazônia também milhares de desafortunados que não possuem o modo de vida da floresta, mas sim o modo de vida camponês e, que, no entanto, também precisam ser auxiliados. Sem omitir os interesses dos atores hegemônicos políticos e econômicos da região e de quem tem rendimentos através dela mesmo que de fora. Entretanto, se ignorarmos a sabedoria, a opinião e a vontade de quem construiu esta floresta, nada terá valido à pena, esta é, a nosso ver, a tese do autor. Análise com a qual concordamos e achamos de valor fundamental para a execução de qualquer projeto acadêmico, político, econômico, social e ambiental na Amazônia, razão pela qual cremos ser esta obra de Carlos

Walter Porto Gonçalves de importância determinante para o entendimento desta porção do mundo.